



(DES)CONSTRUÇÃO TEÓRICA DA AGRICULTURA FAMILIAR

Daniel César Meneses de Carvalho
Universidade Estadual do Piauí

Maria do Socorro Lira Monteiro
Universidade Federal do Piauí

Resumo

Esse artigo aborda os diversos tipos de trabalho agrícola, tendo como objetivo geral caracterizar principalmente a agricultura familiar frente a outras formas de reprodução da agricultura. Para tanto, o estudo organizou-se em quatro itens: Primeiramente, analisa-se teoricamente e conceitualmente o trabalho agrícola para que assim se possa caracterizar o trabalho à luz da agricultura em pequena escala, ao passo que após expõe-se o critério de extensão das propriedades como um dos determinantes de identificação da economia natural. No último item explicita-se a convivência do minifúndio face ao capitalismo como uma reprodução camponesa ímpar, seguido da conclusão. A metodologia empregada foi a de revisão bibliográfica e consulta em sites de internet, livros e em publicações de órgãos que tratam da questão agrícola.

Palavras-chave: Agricultura Familiar, Desenvolvimento Local, Trabalho Agrícola, Sustentabilidade.

THEORETICAL (DES)CONSTRUCTION OF FAMILY AGRICULTURE

Abstract

This article discusses the various types of farm work, with the main objective of mainly family farms compared to other forms of reproduction agriculture. Thus, the study was organized in four items: First, we analyze theoretically and conceptually farm work so that we can characterize the work in the light of small-scale agriculture, while after exposes the criterion for extension of properties as a determinant for the identification of natural economy. The last item I explain the coexistence of *minifundio* towards capitalism as an odd peasant reproduction, followed by the conclusion. The methodology was to review and consultation on internet sites, books and publications from agencies that deal with agricultural issues.

Keywords: Family Agriculture, Local Development, Agricultural Labor, Sustainability.

INTRODUÇÃO

Quando o Relatório de Brundtland de 1987 explicitou oficialmente o conceito de Desenvolvimento Sustentável, reconheceu a compatibilidade do crescimento econômico com preservação da natureza. Nesse sentido, salienta-se que Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS) configura-se como o desenvolvimento agrícola em harmonia com o ambiente e com a segurança alimentar da população, centrado na solidariedade e na equidade.

Com base nesse contexto, identificaram-se duas correntes de pensamento, a ecotecnocrática, na qual o desenvolvimento sustentável dispõe de quantidade infinita de recursos naturais, viabilizando o crescimento contínuo. E, a ecossocial a qual defende que os recursos do planeta são finitos e, portanto, limitados, expressando consoante Costabeber e Caporal (2003) que a economia é um subsistema da natureza, e não o contrário.

Tendo em vista esse panorama, esse artigo estuda as diversas formas de reprodução do trabalho agrícola. Para tanto analisa teórica e conceitualmente o trabalho agrícola. Em seguida, o artigo caracteriza o trabalho à luz da agricultura em pequena escala, ao passo que o item posterior expõe o critério de extensão das propriedades como um dos determinantes de identificação da economia natural. Já o quinto item explicita a convivência do minifúndio face ao capitalismo como uma reprodução camponesa ímpar, sendo seguido pela conclusão. A metodologia empregada seguiu a revisão bibliográfica e consulta em sítios de internet, livros e em publicações de órgãos que tratam da questão agrícola.

CONCEITOS E TEORIAS SOBRE TRABALHO AGRÍCOLA

Em conformidade com Lenin (1972), ao mesmo tempo em que a economia familiar não assalariada é incompatível com o modo de produção capitalista, esta alicerça-se numa concepção diferenciada de atividade econômica e de remuneração.

Todavia, Graziano da Silva (1982) percebe a similitude nas práticas agrícolas, quando os pequenos produtores por possuírem reduzida extensão de terra ou insuficiência de instrumento de trabalho, eram obrigados a assalariarem-se, de forma temporária, para garantir a reprodução da unidade produtiva. Assim, a característica primordial da agricultura de pequena escala, é a tradicionalidade consubstanciada no modo de vida cultural da população, na posse legal da terra e no consumo próprio.

Chayanov (1975) reforça que na exploração natural, na qual se enquadra a produção camponesa, a intensidade do cultivo e as formas de organização dependem do tamanho da terra, da família trabalhadora e da demanda, identificados como fatores internos. Ademais, as pequenas produções contam com o trabalho dos próprios membros da família, com o baixo nível de tecnificação e são independentes, porque garantem participação no mercado. Logo, é devido à vinculação ao mercado e à circulação capitalista de mercadorias que se materializam as formas concretas de extração do excedente ou sobretrabalho desses camponeses.

Nessa perspectiva, Prado Júnior (1987) ressalta que as formas de organização foram geradas da reprodução pré-capitalistas da agricultura de subsistência, por ser totalmente voltada para a produção de bens de consumo, com a finalidade de satisfazer as necessidades alimentícias e não para a comercialização do excedente.

Já Wilkinson (1986), aborda o pequeno produtor a partir da conformação brasileira, pois ao não relacioná-lo organicamente com a sociedade pré-capitalista, não encerra traços que caracterizam instituições tipicamente camponesas direcionadas para a manutenção do equilíbrio entre o trabalho familiar e a terra.

Para Kautsky (1998, p.106), a pequena produção é identificada quando presenciam-se a perfeição e a diligência do lavrador, tendo em vista que, “diferentemente do assalariado, trabalha para si mesmo; e também um nível tão baixo de consumo do pequeno agricultor individual, que chega mesmo a ser inferior ao operário agrícola”.

Destarte Wilkinson (1986), corrobora com a noção de Kautsky, porém incorpora à análise a variável origem, atividade produtiva, em função de identificá-lo como oriundo da fuga de negros, escravos dos latifúndios para conformar comunidades agrícolas.

Relativamente às diversas concepções sobre trabalho e especialmente sobre o labor camponês, Graziano da Silva (1982) salienta a mistificação da compreensão de que historicamente a pequena produção configura-se como atrasada ou tradicional, haja vista que a agricultura desenvolvida de forma capitalista manifesta que a reprodução do campesinato não possui lógica própria, mas somente se modifica de acordo com o movimento do capital.

Inclusive consoante Schultz (1965), os trabalhadores que sobrevivem da agricultura, integram, de forma natural, a sociedade grupal. Todavia, não obstante esse cenário evidencia a existência de agricultores pertencentes a arranjo urbano, marcado pela impessoalidade, o que expressa que a sociedade grupal e a produção agrícola tradicional são independentes. Logo, a atividade agrícola pode ser realizada tanto por agricultores rurais, quanto por urbanos, os quais apresentam características distintas, e não vivem em sociedade grupal.

Dessa forma, para Graziano da Silva (1982) a unidade camponesa, ao longo do tempo, viu-se obrigada a especializar e tecnificar a produção, por imposição do mercado, representado por comerciantes e industriais.

Contudo, em conformidade com Schultz (1965), a relevância da agricultura tradicional era ditada pelos conhecimentos populares dos produtores, embasado em qual cultivo plantar, porque plantar e como plantar, que era passado de pai para filho. Esse processo era fundamental para a sobrevivência da unidade agrícola tradicional.

O Relatório INCRA/FAO (2000), ao explicitar a complexidade do universo agrário, expôs a necessidade de identificar os tipos de produtores e a área máxima regional como limite superior para a área total dos estabelecimentos familiares. Dessa maneira, determinou as características que diferenciam a agricultura familiar, da produção camponesa e da agricultura de subsistência, como a gestão das terras, dos investimentos e da produção, executadas por pessoas que

guardam entre si laços de parentesco ou de matrimônio; o trabalho, direcionado para a atividade agrícola e dividido proporcionalmente entre os membros constituintes da família; e, os meios de produção, muito embora nem sempre a terra onde produzem sejam de propriedade da família.

Tal limite teve por fim evitar eventuais distorções que decorreriam da inclusão de grandes latifúndios no universo de unidades familiares, ainda que do ponto de vista conceitual a agricultura familiar não seja definida a partir do tamanho do estabelecimento, cuja extensão máxima é determinada pelo que a família pode explorar com base em seu próprio trabalho associado à tecnologia de que dispõe (INCRA/FAO, 2000, p.11).

De acordo com o Solidarité Urgence Développement – SUD – (2008, p.04) o termo agricultura familiar é “definido como uma forma de produção marcada pelo elo estrutural entre as atividades econômicas e estrutura familiar”.

Ademais, na concepção de Chayanov (1974), além das características da agricultura familiar, fez-se mister, distinguir que a produção bruta é determinada pela composição da família, como o número de filhos e a faixa etária, a qual influencia a relação entre a capacidade de produção e a necessidade de consumo.

Nesse sentido, Tinoco (2006) sistematiza que, em geral, as abordagens sobre agricultura familiar, alicerçam-se na mão-de-obra, primordialmente, familiar, no tamanho da propriedade, no direcionamento do trabalho e nas questões tangentes à renda.

Todavia, sem embargo tal configuração Baiardi (1999), patenteia agricultura familiar relativamente à região e à forma de produção, como a tecnificada, com forte inserção no mercado; a integrada verticalmente, localizada em complexos agroindustriais; a característica do período colonial; a semimercantil; e, a determinada pela marginalização do processo econômico.

No entanto, o Relatório INCRA/FAO (2000, p.40), segmenta os agricultores familiares centrado na diferenciação dos níveis socioeconômicos, redundando em distintas lógicas de sobrevivência e de produção, sendo assim, destaca que:

Tal escolha teve por finalidade comparar a renda auferida pelo produtor nas atividades do estabelecimento com o custo de oportunidade da mão-de-obra familiar, que pode ser definido, genericamente, como o valor da remuneração paga a um diarista na agricultura. Ademais, ao se optar por um valor para cada unidade da federação, procurou-se garantir a comparabilidade de valores estabelecidos regionalmente, tendo em vista a grande heterogeneidade dos níveis de remuneração e renda existente entre os estados brasileiros.

Operacionalmente, tomou-se o Valor do Custo de Oportunidade (VCO) como sendo o valor da diária média estadual, acrescido de 20%²⁸ e multiplicado pelo número de dias úteis do ano (calculado em 260), tendo em vista a comparação com uma renda anual.

Considerando essa base de cálculo o referido Relatório identificou quatro tipos de agricultores familiares: tipo A, com renda total superior a três vezes o valor do VCO; tipo B, com renda total superior a uma vez até três vezes o VCO; Tipo C, com renda total superior à metade até uma vez o VCO; e o tipo D, com renda total igual ou inferior à metade do VCO.

Esse cenário, em consonância Costabeber e Caporal (2003), evidencia que a produção realizada em unidade familiar, possibilita a geração de maior segurança e soberania alimentar para as comunidades rurais, ao proporcionarem eficiência produtiva, energética e ecológica, por meio da conservação da natureza, da proteção da fauna e dos recursos não-renováveis, através do adequado manejo do ambiente. Tal panorama indicou que existem condições de gestar estratégias para a mitigação de problemas inerentes à fome.

Destarte, não obstante essas constatações, a agricultura familiar é palco de políticas públicas ineficientes, em virtude dos agricultores familiares serem considerados tradicionais ou arcaicos, contrastando com a agricultura capitalista, que é aparentemente, sinônimo de progresso e modernidade (SUD, 2008).

Logo, Altafin (2008, p.15), reconhece que a agricultura familiar exibe grande capacidade de produção, contribuindo, assim, substancialmente para o abastecimento da nação, mesmo enfrentando sérias dificuldades, como o baixo acesso à terra, ao crédito e às inovações tecnológicas. Dessa maneira, “o apoio produtivo à agricultura familiar é visto como um mecanismo de autopromoção da segurança alimentar”.

Entretanto, apesar das vantagens descritas, a agricultura familiar, se comparada com os grandes empreendimentos agrícolas, ainda apresenta baixa taxa de desemprego, menor impacto negativo ao meio ambiente e forte coesão social (SUD, 2008).

Nessa perspectiva, Costabeber e Caporal (2003), salientam que a agricultura familiar pode ser intensiva no que tange à mão-de-obra e à comercialização, potencializa a adoção de um estilo de produção que poupa insumos de capital, além de utilizar menos agressivos à natureza.

Portando, a agricultura familiar, mesmo com diferentes abordagens, demonstra que sua complexidade conforma sua importância para o cenário nacional, mesmo que muita das vezes seja desprovida do apoio condizente dos atores públicos. Cabe ressaltar que o meio rural, sob muitos aspectos, o alicerce da seguridade social e alimentar da população de uma dada localidade.

TRABALHO E A AGRICULTURA EM PEQUENA ESCALA

Consoante com Lenin (1972), na relação entre a técnica e a produção na agricultura realizada em pequenas propriedades é relativa devido à possibilidade de transformação da quantidade em qualidade, o que redundaria, apesar de uma posição secundária, na capacidade da pequena produção, em dados ramos, competir com a grande, haja vista que para tanto o pequeno camponês excede o tempo da jornada de trabalho.

Adentrando a concepção de Lenin, Chayanov (1975) assegura que a administração do trabalho do agricultor e do artesão, embasa-se no controle individual de produção pelos produtores, com vistas atender as necessidades da família, cuja satisfação somente é limitada pelo cansaço oriundo do próprio trabalho, ou seja, o montante do produto de trabalho é derivado do tamanho, composição e da quantidade de membros da família que desempenha as atividades, e a produtividade da unidade é ditado pelo grau de esforço dos trabalhadores e de auto-exploração dos componentes da família.

Logo, o equilíbrio entre a satisfação da demanda familiar e a fadiga decorrente do trabalho, é alcançado quando o produto cultivado é importante para o consumo e supre a necessidade da família; e quando o cansaço imposto viabiliza a produção requerida. Dessa maneira, a elevação da produtividade do trabalho expressa a obtenção de maior quantidade de produtos com menor porção de trabalho, o que permite à unidade econômica incrementar a produção, atendendo, assim, a procura familiar.

Sem embargo essa conformação, Tinoco (2006) expõe que um membro da família pode trabalhar fora da unidade familiar, combinando mão-de-obra agrícola e não-agrícola, com o objetivo de manter financeiramente o estabelecimento, em função da baixa disponibilidade de terra e às dificuldades de modernização tecnológica, comprometendo renda e direcionando do proprietário das pequenas unidades a buscar alternativa para complementar a renda.

Portanto, reconhece-se que o trabalho é uma das principais características da pequena produção, sendo este configurado de acordo com as necessidades familiares. A satisfação da família, representada por sua pequena produção, difere-se da produção satisfatória de mercado, onde ambas tomam rumos distintos e apresentam objetivos igualmente diferentes.

TAMANHO DA PROPRIEDADE COMO CARACTERIZAÇÃO DA ECONOMIA NATURAL

Segundo Wilkinson (1986), embora a extensão ser uma característica importante para validar uma propriedade campezina, não significa, em geral conviverem com reduzida capitalização. Dessa forma, tal panorama exige a flexibilidade no conceito de propriedade agrícola, por meio da incorporação na análise do nível de fertilidade e do acesso aos diferentes mercados.

Ademais, para Lenin (1972, p.105) mesmo com a redução de área de uma dada propriedade, a quantidade real de produto, por ser acrescida, em decorrência do aumento do número de pessoas ocupadas, membros da família ou não, na medida em que,

O operário agrícola totalmente despossuído é uma raridade, porque na agricultura a economia rural, no rigoroso sentido da palavra, acha-se ligada à economia doméstica. Categorias inteiras de operários agrícolas assalariados possuem terra ou a exploram em usufruto. Quando a pequena produção é desalojada de maneira demasiado intensa, os grandes proprietários tentam fortalecê-la ou restabelecê-la vendendo terras ou cedendo-as em arrendamento.

Nessa perspectiva, constata-se que esse cenário exprime uma via de mão dupla, pois ao mesmo tempo em que a pequena produção sobrevive ao mercado capitalista, este precisa do pequeno camponês, e o auxilia quando há a necessidade de manutenção da cadeia produtiva.

Sendo assim, Wilkinson (1986, p.92) evidencia que,

A crescente marginalização física dos setores da pequena propriedade (expulsão das áreas mais férteis, queda da área média etc.), combinada com uma progressiva mercantilização das condições de reprodução nas áreas rurais, tem produzido uma ainda maior dependência da renda monetária obtida fora da propriedade, principalmente através do assalariamento direto.

Destarte, infere-se que a marginalização física do pequeno produtor e a mercantilização da força de trabalho altera também as formas não-monetárias da troca de serviços, como custos de tempo (a relação entre o tempo que o produtor alterna seu trabalho entre diversas tarefas e o tempo de ociosidade originada da falta de disposição, imposta pelo cansaço), físico (desgaste do trabalhador resultante do esforço físico em demasia, que contribui para o surgimento ou agravamento de problemas na saúde), psicológico (falta de concentração e estresse mental, pela ausência de descanso) etc. Outrossim, enfatiza-se que a relação da produtividade com o tamanho da propriedade, externaliza a capacidade da pequena produção de aliar área plantada com produção qualitativa, em uma dinâmica que não condiz com o mercado capitalista moderno.

SOBREVIVÊNCIA DO MINIFÚNDIO NO CAPITALISMO

Para Lenin (1972), o advento do capitalismo revolucionou a agricultura, em virtude do rotineiro ofício do camponês, definido como humilhado pela miséria e esmagado pela ignorância, ter sido modificado pelo desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, o que manifestou a distinção da agricultura camponesa em duas fases, a pré e a pós capitalista. A primeira, de caráter uniforme, foi sendo substituída pela segunda, por meio do processo produtivo diversificado,

acompanhado de progresso técnico, na medida em que o capitalismo racionaliza a grande produção agrícola.

Nesse sentido, Chayanov (1975), ressalta que o capitalismo além de encerrar um complicado e emaranhado de categorias que se interrelacionam, haja vista, uma categoria determinar a outra, não sobrevive sem a precificação, uma vez que a atividade produtiva objetiva satisfazer os anseios da unidade de produção e da família.

Portanto, a estrutura produtiva estabelecida pela pequena produção familiar impõe ao camponês, a obrigatoriamente de colocar a produção à venda, para gerar as condições necessárias para adquirir máquinas, instrumentos de trabalho e aumentar o tamanho da propriedade, com base na intensificação do trabalho. No entanto, reconhece que esse processo pode consuzir ao esgotamento e à redução do consumo (LENIN, 1972).

Já para Graziano da Silva (1982), a compreensão de conjunto do desenvolvimento no setor agrícola, deriva-se da evolução das forças políticas e produtivas da economia como um todo, para que as recorrentes transformações alicerçadas na introdução do capital espelhem a adequação ao capitalismo.

Ademais, Wilkinson (1986) acrescenta a manutenção da pequena propriedade, centrada somente no trabalho, é obstaculizada no sistema capitalista. Logo, essa situação inflige aos camponeses a vender, periodicamente, a força de trabalho, como trabalhadores temporários em latifúndio, para complementar o rendimento familiar, com vistas a garantir a subsistência. Destacar, outrossim, que os latifundiários consideram os pequenos produtores, reserva de mão-de-obra.

Tal conformação, consoante Graziano da Silva (1982, p.130), expressa que a pequena produção subordina-se ao capital por meio da venda da força de trabalho em determinados períodos, de tempo, inclusive no Brasil verificou que,

De um lado, as precárias condições de existência do camponês obrigam-no a assalariar-se parte do ano nas grandes propriedades; e que, de outro lado, o tipo de modernização ocorrido no Brasil levou a acentuar a sazonalidade do emprego na agricultura capitalista, de forma a tornar desvantajosa a retenção permanente de mão-de-obra nas propriedades.

Nessa perspectiva, infere-se que historicamente, o modo de produção capitalista impele ao camponês a assalariar-se, pois a produção agrícola familiar não configura-se como uma atividade financeiramente compensatória para a grande exploração.

Assim, na concepção de Graziano da Silva (1982), a presença do campesinato no capitalismo não o caracteriza como um agente anticapitalista, haja vista a agricultura familiar conformar-se como “invenção” e “reinvenção” da lógica do capital, na medida em que o “novo” e o “antigo camponês”, sem embargo possuírem em comum a forma, diferenciam na relação dinâmica de produção

com o mercado. Logo, a unidade camponesa passa a ser crescentemente dependente dos mecanismos estruturais de mercado, em função da compra de bens de consumo e de insumos, e da venda de produtos e de força de trabalho.

Por conseguinte, conforme Lenin (1972, p.106), o desenvolvimento do modo de produção capitalista não reclama o completo desaparecimento da pequena produção na agricultura, uma vez que “os próprios capitalistas e latifundiários tentam restabelecê-la quando a ruína dos camponeses está muito avançada”.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, constatou-se uma tênue distinção entre os diversos conceitos de agricultura em pequena escala, como a camponesa, de pequena escala e familiar, visto que na agricultura familiar, identificou-se forte presença cultural na produção dos cultivos, o que manifestou a perpetuação da reprodução desse tipo de plantio.

Destarte, a despeito da industrialização capitalista, a agricultura familiar assumiu importante papel na promoção na seguridade alimentar e na saúde da população. Portanto, a análise entre os diferentes autores que tratam da atividade agrícola familiar demonstrou que ela se apresenta sob diversas formas.

Em suma, salienta-se que dentre todas as abordagens, é explícita a importância da pequena produção em um contexto global, fazendo por merecer seu devido destaque nas discussões acerca da sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

ALTAFIN, I. *Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar*. Brasília, DF. Fav/UnB, 2008.

BAIARDI, A. Formas de agricultura familiar, à luz dos imperativos de desenvolvimento sustentável e de inserção no mercado internacional. In: XXXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, Danilo R. D. Aguiar e J.B. Pinho (orgs), Anais. Foz do Iguaçu: SOBER, 1999.

CHAYANOV, A.V. *Sobre la teoria de los sistemas económicos no capitalistas*. Cadernos Políticos, número 05, México, D.F., julho-setembro de 1975, p.15-31.

_____. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

COSTABEBER, J. A.; CAPORAL, F. R. Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável. IN: VALE, H. (org.) *Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável no Mercosul*. Santa Maria: Editora da UFSM/Pallotti, 2003.

GRAZIANO DA SILVA, J. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. *Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto*. São Paulo: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, 2000.

KAUTSKY, K. *A questão agrária*. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998. 586 p.

LENIN, V.I. Kautsky's book and Mr. Bulgakov's article. IN: *Collect works*. 4th English Edition. Progress Publishers: Moscow, 1972.

PRADO JÚNIOR, C. *História econômica do Brasil*. 35ª Ed. São Paulo. Brasiliense, 1987.

SCHULTZ, T. W. *A transformação da agricultura tradicional*. Trad. de J.C. Teixeira Rocha. Yale University Press, New Haven, Connecticut, EUA: Zahar Editores, 1965.

SOLIDARITÉ URGENCE DEVELOPPEMENT. *Defender as agriculturas familiares: quais, por que?*. Coordination SUD, 91 páginas, 2008. Disponível em: [HTTP://coordinationsud.org/IMG/pdf/Agricultures_familiales.pdf](http://coordinationsud.org/IMG/pdf/Agricultures_familiales.pdf). Acesso em 02 de março de 2010.

TINOCO, S. T. J. *Análise sócio-econômica da piscicultura em unidades de produção agropecuária familiares da região de Tupã*, SP. 2006. Tese. (Doutorado em Aquicultura) – UNESP, Campus de Jaboticabal, abril de 2006.

WILKINSON, J. *O estado, a agroindústria e a pequena produção*. São Paulo-Salvador: Editora HUCITEC, Fundação Centro Estadual de Planejamento Agrícola – CEPA-BA, 1986.

Contato com o autor: danielcesarpi@gmail.com

Recebido em: 10/05/2014

Aprovado em: 31/05/2015